



Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List

Flávio dos Santos Oliveira¹

Resumo: O artigo analisa a construção da ideia de nação nos territórios alemães entre 1750 e 1850, relacionando inovações em sua definição a eventos como o Iluminismo, a ocupação napoleônica e a Revolução Industrial. Elucida-se, assim, como o termo nação serviu a propósitos cultural, político e econômico. A princípio, ressaltam-se a crítica de Johann Gottfried Herder ao cosmopolitismo, bem como sua concepção de nação como unidade orgânica, cultural e linguística. Em seguida, discutem-se aspectos do nacionalismo político e da educação nacional de acordo com Johann Gottlieb Fichte. Na terceira seção, examina-se o nacionalismo econômico de Daniel Friedrich List. Por fim, avalia-se em que medida as elucubrações de autores consagrados no assunto, como Benedict Anderson e Nibert Elias, refletem de fato a complexidade desse fenômeno.

Palavras-chave: nação; cosmopolitismo; nacionalismo cultural; educação nacional; economia política.

Nation and national unit in the thoughts of Herder, Fichte and List

Abstract: *The article details the construction of the idea of nation in the German territories between 1750 and 1850, relating innovations in its definition to events such as the Enlightenment, the Napoleonic occupation and the Industrial*

¹ Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES) – Vitória – Brasil – ppghis.ufes@hotmail.com – ecohistoria2015@bol.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-2591-9019>

Revolution. In this way, it clarifies how the term nation served to cultural, political and economic purposes. At first, Johann Gottfried Herder's critique of cosmopolitanism and his conception of nation as an organic, cultural and linguistic unity are put into evidence. Next, it discusses some aspects of political nationalism and national education according to Johann Gottlieb Fichte. In the third section, economic nationalism is examined taking into account Daniel Friedrich List's work. Finally, it assesses to what extent the explanations provided by renowned scholars like Benedict Anderson and Norbert Elias reflect in fact the complexity of this phenomenon.

Keywords: *nation; cosmopolitanism; cultural nationalism; national education; political economy.*

Nación y unidad nacional en los pensamientos de Herder, Fichte y List

Resumen: El artículo analiza la construcción de la idea de nación en los territorios alemanes entre 1750 y 1850, relacionando las innovaciones en su definición con eventos como la Ilustración, la ocupación napoleónica y la Revolución Industrial. De este modo se aclara cómo el término nación sirvió a fines culturales, políticos y económicos. En un primer momento se destaca la crítica del cosmopolitismo de Johann Gottfried Herder, así como su concepción de nación como unidad orgánica, cultural y lingüística. A continuación, se discuten aspectos del nacionalismo político y la educación nacional según Johann Gottlieb Fichte. En la tercera sección, se examina el nacionalismo económico de Daniel Friedrich List. Finalmente, se evalúa hasta qué punto las explicaciones de autores de renombre sobre el tema, como Benedict Anderson y Nobert Elias, reflejan realmente la complejidad de este fenómeno.

Palabras clave: nación; cosmopolitismo; nacionalismo cultural; educación nacional; economía política.

1. Introdução

Poucos fenômenos são tão intrincados e desprovidos de consenso analítico quanto o nacionalismo. Um exemplo disso se localiza na impossibilidade de indicar com precisão em que, de fato, encontra-se a matriz da ideia de nação. Enquanto Christian Jansen situa na Idade Média os primórdios de uma interpretação nacionalista da realidade social, Benedict Anderson e Eric Hobsbawm

definem nação e nacionalismo como expressões culturais da modernidade, ao passo que Ernest Gellner e Norbert Elias os consideram como manifestações originárias de sociedades industriais. No caso alemão, embora autores como Ute Planert assinalem a emergência do nacionalismo entre 1740 e 1830, tal evento recua, na verdade, ao período em que intelectuais humanistas difundiram aquilo que conceberam como “virtudes genuinamente teutônicas”, a partir da releitura da obra *Germania* de Gaius Cornelius Tacitus (56 a. C. – 120). Esses eruditos concluíram que coragem, honestidade, castidade, honra e amor à liberdade eram valores que distinguiam os germânicos em relação aos *Welschen*, povos que viviam sob o jugo de Roma (Haug-Moritz, 2008: 430-431; Jansen, 2011: 234-235; Hobsbawm, 1990: 18-40).

Assim, desde o Humanismo do Século XVI, o interesse pela cultura alemã foi expressivo, influenciando gerações até o Romantismo de fins do Século XVIII. A esse respeito, três obras foram particularmente importantes. A primeira se intitula *Vom Nationalstolz* (*Sobre o orgulho nacional*, 1758), de Johann Georg Zimmermann. A segunda, denominada *Vom Tode für das Vaterland* (*Da morte à Pátria*, 1761), foi a reação de Thomas Abbt ao trabalho de Zimmermann. A última, *Von dem Deutschen Nationalgeist* (*Sobre o Espírito Nacional Alemão*, 1765), foi publicada por Friedrich Carl von Moser. Esses manuscritos foram significativos, na medida em que introduziram argumentos que reaparecem mais tarde em expressões como *Sprachnation* (povo unido pela mesma língua), *Kulturnation* (povo unificado pela mesma cultura) e *Erinnerungsgemeinschaft* (lembrança ou memória coletiva) etc. (Jansen, 2011: 235-236).

Desde então, buscou-se inculcar na população alemã uma consciência nacional para além dos estados territoriais individuais. Nesse sentido, a língua vernácula, assim como a cultura literária e intelectual por ela mediada, foi concebida como expressão última da comunidade nacional. Johann Gottfried von Herder (1744-1803), por exemplo, definia nação como uma unidade orgânica, cultural e linguística, que mantém unidos os diferentes indivíduos não somente por meio de ideias, inclinações e modos de vida comuns, mas também por meio de leis e instituições transmitidas às outras gerações por intermédio da linguagem, dos hábitos e da educação, dando-lhes sua forma específica e plural. Por outro lado, Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) construiu seu conceito de nação alemã a partir da autorrepresentação da *völkisch*, isto é, a consciência da identidade comum de um suposto “caráter fundamental” que se origina, sobretudo, da autenticidade de sua língua (Oliveira, 2017: 186; Herder, 2007: 54-55).

Isto poderia ter forjado as bases para a edificação de uma comunidade verdadeiramente nacional já no limiar do Século XIX. Após a dominação napoleônica e o Congresso de Viena, todavia, o vasto território a que correspondia o antigo Sacro Império Germânico foi reunido em 33 Estados, com destaque para Áustria, Prússia, Saxônia, Baden, Württemberg, entre outros, que guardavam zelosamente seus direitos de autonomia, sua independência e, sobretudo, o controle das inúmeras aduanas nos rios e estradas que cortavam seus domínios. Com efeito, para entender a construção da ideia de nação alemã, cumpre inseri-la no âmago do complexo universo cultural, político e econômico do período denominado *Sattlezeit* por Reinhart Koselleck, o que resulta ser de grande ajuda a proposta elaborada pela História Intelectual, com destaque para a História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*).

Essa corrente historiográfica admite ser o conceito (*Begriff*) uma representação discursiva resultante da experiência humana em suas diversas formas de manifestações. Ademais, a análise do conteúdo semântico de conceitos fundamentais (*Grundbegriffe*) podem ser reveladores por oportunizar compreensão ampla do modo como os indivíduos davam sentido aos acontecimentos de sua época e por propiciar maior conhecimento do contexto histórico que subsidiou os elementos à sua composição (Koselleck, 2012: 36). Decerto, como ressalta Koselleck, é possível compreender qualquer período passado reconstruindo a linguagem usada pelos indivíduos para conceituar o mundo ao seu redor. Da mesma forma, John Pocock sustenta que a linguagem empregada por um autor responde a questões específicas do seu tempo (Koselleck, 1996: 59-60; Pocock, 2003: 37; Whatmore, 2015: 09).

No entanto, como as pessoas expressam seus pensamentos de forma assaz diferente, isso exige reconstrução cuidadosa, a fim de compreender: o que elas estavam fazendo; quais eram suas intenções; o que significavam as idéias enunciadas; e como elas se relacionam com o universo linguístico de sua época. Seria, outrossim, pretensão pueril intentar esgotar nos limites dessas páginas um tema de tamanha complexidade. O que se propõe no que se segue é evidenciar por que, durante o intervalo a que corresponde o lapso de 1750 a 1850, o nacionalismo deixou de ser mera aspiração cultural para se tornar um fenômeno político e, posteriormente, econômico. Desse modo, busca-se averiguar, considerando-se o caso alemão, em que medida essa metamorfose semântica se relaciona com o que está acontecendo em um contexto histórico mais amplo, caracterizado pela difusão dos ideais iluministas, pela conquista e ocupação napoleônica e pelo advento da Revolução Industrial.

2. Nacionalismo cultural em Herder

Embora os irmãos Schlegel, Grimm, Tieck e Novalis também tenham se ocupado de resgatar em suas obras a história, a música, os mitos e o folclore alemães, a matriz do nacionalismo cultural alemão se encontra na crítica de Johann Gottfried Herder (1744-1803) ao cosmopolitismo.² Na verdade, tem-se dito que seu nacionalismo se origina de sua insatisfação com a cultura oficial da época, a qual era fortemente influenciada pelo iluminismo francês e sua aceitação quase que servil por parte dos governantes de Berlim. A causa de seu descontentamento, todavia, tem raízes mais profundas. Segundo Jose Villacaña, a aversão de Herder ao iluminismo pode estar relacionada à falta de afinidade entre essa visão de mundo e a cultura que durante séculos moldou a religiosidade alemã, marcada pela interioridade e desapego pelas coisas mundanas. Esse genuíno *modus vivendi* lhe serviu como ponto de partida para sua crítica à concepção abstrata, mecânica, enciclopédica e técnica do iluminismo³ (Villacaña, 1991: 130-131).

Herder tem sido, pois, considerado um dos precursores não apenas do Historicismo e da *Volksgeist*, mas também do nacionalismo cultural, isto é, a idéia segundo a qual a nação é a personificação de uma cultura única e um modo de vida original, dotado, no entanto, de existência objetiva acima dos interesses particulares dos seus membros e da situação jurídico-territorial vigente (Herder, 2007 [1774]: 13; White, 2005: 17; Pititto, 1998: 183; Johnson, 1996: 130). Herder exerceu, ademais, notável influência sobre a Estética ou Filosofia da Arte. Suas ideias sobre intuição e autenticidade o fizeram um dos principais porta-vozes da reação romântica ao classicismo, ao racionalismo e à crença

2 O cosmopolitismo se funda na crença de que o mundo constitui uma grande pólis (*πόλις*) e que todos os seres humanos compartilham características essenciais que os unem, ou deveriam uni-los, em uma ordem global que suplante todas as fronteiras. Nos territórios germânicos, o cosmopolitismo assumiu grande variedade de acepções, sendo defendido tanto pelos representantes do Romantismo, quanto pelos seguidores do Idealismo Alemão (Cavallar, 2015: 05; Kleingeld, 1999: 515-518).

3 Como salienta Villacaña, esse substrato religioso constitui parte essencial da *Bildung*, entendida aqui como elemento fundante mais amplo de formação da personalidade, valores e cultura germânica, a qual permeia outrossim toda a proposta nacionalista romântica alemã. Sem essa noção mística de um espírito que se expande através do *continuum* espaço-temporal, sem essa presença abrangente do divino na geografia e na história, não se pode entender o pensamento nacionalista de Herder, para quem um Deus onipresente atravessa todas as manifestações sensíveis, de modo que sua presença constitui a única maneira de observar uma diversidade infinita a que aspira a uma unidade subjacente a tudo o que existe. Consequentemente, uma nação, um idioma, uma maneira de ser e de pensar são realidades intocáveis, pois exprimem o divino em sua singularidade. Essa constatação converge com a conclusão de Jürgen Habermas de que por muito tempo, ainda na modernidade, a filosofia e os próprios teóricos da ciência da natureza ainda não haviam se desvencilhado inteiramente do viés teológico e da cosmovisão cristã (Villacaña, 1991: 133; Habermas, II V., 2019: 98).

na onipotência do método científico. Ele sustentava que muitas atividades e situações humanas, períodos históricos e civilizações possuem características únicas que marcam de forma indelével sua especificidade. Tentar reduzir tal fato a combinações arbitrárias de uniformidade a fim de descrevê-los ou analisá-los segundo regras universais tende a obscurecer precisamente aquelas diferenças cruciais que constituem a qualidade intrínseca do objeto estudado (Herder, 2007: 13). Herder prossegue:

Que nação na terra não tem alguma cultura? E quão limitado seria o plano da Providência se a isso a que chamamos cultura, e que amiúde devíamos chamar apenas o essencial langor de cada indivíduo da raça humana, fosse criado. Nada é mais indefinido do que esta palavra, e nada é mais enganoso do que as mesmas aplicações a todos os povos e épocas. Quão poucos são cultivados em um povo culto? E onde está a vantagem em definir isso? E até onde isso contribui para sua felicidade, a felicidade dos seres humanos⁴ (Herder, 1841 [1784-91]: vi, *tradução nossa*).

Para Herder, a razão é sempre *a posteriori*. Ela trabalha com conceitos de casualidade e, por isso, não pode compreender o todo criativo, visto que os acontecimentos causais são previsíveis, e os criativos, não. Posto isto, Herder acreditava que uma linguagem a que aspire apreender a movimentação misteriosa da vida deve se estruturar em metáforas em vez de conceitos (Safranski, 2010: 23). Por esse motivo, ele rejeitou muitos dos princípios fundamentais do Iluminismo, bem como a visão teleológica da história por ela propagada. Na verdade, Herder tinha grandes reservas quanto à ideia mecânica e linear de progresso, porque viu nisso um agente destruidor a nivelar as diferenças entre os povos, negando, assim, sua natureza autêntica. Em vez da razão iluminada, da ciência ou da tecnologia, Herder sugere que as manifestações intrínsecas da natureza humana, como a espontaneidade emocional de empatia ou a criatividade do artista, são as verdadeiras expressões de humanidade (Johnson, 1996: 130).

Em seu entendimento, os grupos humanos são naturalmente diversos devido, sobretudo, à influência do clima, da geografia e das diferentes necessidades físicas e biológicas que constituem os indivíduos. O elemento, contudo, que os integra e os torna uno é a sua língua, principal elo de ligação e veículo de suas

4 “Welches Volk der Erde ist’s, das nicht einige Cultur habe? Und wie sehr käme der Plan der Vorsehung zu kurz, wenn zu dem, was wir Cultur nennen und oft nur verfeinte Schwachheit nennen sollten, jedes Individuum des Menschengeschlechts geschaffen wäre? Nichts ist unbestimmter als dieses Wort und nichts ist trüglicher als die Anwendungen desselben auf ganze Völker und Zeiten. Wie wenige sind in einem cultivirten Volke cultivirt? Und worin ist dieser Vorzug zu setzen? Und wie fern trägt er zu ihrer Glückseligkeit bei? zur Glückseligkeit einzelner Menschen nämlich [...]” (Herder, 1841 [1784-91]: vi).

tradições e memórias comuns (*Erinnerungsgemeinschaft*). Desse modo, repousa na linguagem toda tradição, história, religião e princípios de existência de um povo (White, 2005: 171; Zank, 1994: 07). Até mesmo as mais primitivas formas de comportamento e solidariedade preservadas pelos mitos, e que unem um indivíduo a outro, só podem ser expressas e transmitidas às gerações posteriores na forma de símbolos, em particular, por meio da linguagem falada. Com isso, a visão tradicional da sociedade como lugar da rivalidade individualista perde sentido, pois os indivíduos estão reunidos por vínculos indissociáveis pelo simples fato de compartilharem a mesma língua (Berlin, 1976: 165; Villacaña, 1991: 134).

De acordo com sua teoria da expressividade, Herder acreditava que o indivíduo só é autêntico na medida em que é fiel a si mesmo, isto é, à sua natureza interior. A expressividade, porém, não se limita apenas à esfera do indivíduo. Ao contrário, todos os empreendimentos criativos, como a arte, a literatura, a indústria, o comércio, a ciência e as instituições políticas, bem como as ideias, os credos, os costumes e os mitos, também dependem dessa ideia de originalidade. Com efeito, tal como os indivíduos, um povo deve ser fiel à sua própria cultura, isto é, à sua matriz de valores⁵ (Herder, 2007 [1774]: 55; White, 2005: 172; Pititto, 1998: 189). Disso resulta que, se de fato o indivíduo não pode prescindir de sua comunidade cultural, o homem que não pertence a nenhuma comunidade particular, isto é, o perfeito cosmopolita, obviamente não pode existir. É com base nesse entendimento que Herder exortou seus colegas alemães a romperem com a deliberada imitação da cultura francesa, admoestando-os, em vez disso, a se voltarem à contemplação de seu próprio patrimônio nacional.⁶ Além do mais, já que o homem não é visto como um ser dotado de natureza única e 5 universal, mas como produto de realidades culturais específicas que devem ser protegidas

5 Em Herder, encontra-se o germe de uma longa contraposição entre *Kultur* e *Zivilisation* que se estenderá até o Século XX, ecoando de modo emblemático em *Das Unbehagen in der Kultur* (*O Mal-estar na Cultura*, 1930) de Sigmund Freud, em que o renomado psicanalista evidencia as tensões fundamentais envolvendo o indivíduo e a sociedade, como aquelas resultantes da busca liberdade instintiva e da demanda contrária da civilização por conformidade e repressão de instintos. Além disso, esse debate persiste na Filosofia da História de Spengler, de modo que a relação entre mundo exterior/técnico e interioridade/subjetividade (*Kultur*) costura algumas discussões do romantismo alemão a respeito da nação.

6 No Século XVIII, intensificou-se sobremaneira a circulação de ideias na Europa Central graças ao esforço de intelectuais como Christian Garve (1742-1798), que traduziu, entre outras, o *Essay on the History of Civil Society* (*Ensaio sobre a História da Sociedade Civil*, 1772) de A. Ferguson; a obra de E. Burke, *On the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful* (*Sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e da Beleza*, 1772); e a obra de J. MacFarlan, *Inquiries Concerning the Poor* (*Investigação sobre a Pobreza*, 1785). A esse respeito, Stefanie Stockhorst caracteriza o Iluminismo como uma *République de lettres*, uma comunidade discursiva baseada na rede e na estimulação recíproca de promoção do conhecimento, que ultrapassou não apenas as fronteiras sociais, mas também nacionais e linguísticas, configurando o que Michel Espagne e Michael Werner denominam *transfert culturel* (Stockhorst, 2010: 07-08; Prochasson, 1991: 911-912).

da intervenção de uma sobre as outras, Herder afirmava que cada grupo só pode ser comandado por participantes da própria comunidade cultural, e que a dominação política de outras nações é inaceitável (Herder, 2007 [1774]: 15; White, 2005: 167-171; Snyder, 1995: 03).

Com isso, Herder não apenas evitava a tentação de reduzir o fluxo heterogêneo da experiência humana a unidades homogêneas, mas também rechaçava toda e qualquer forma de uniformidade que tivesse por finalidade a dominação de uma ou mais culturas sobre outras (Berlin, 1976: 155). Apesar de toda sua formulação sobre as peculiaridades dos povos, Herder elaborou seu conceito de nação, sobretudo, de um ponto de vista moral e espiritual. Seu nacionalismo não visava se tornar expressão da vida pública, seja na forma do Estado, seja na tentativa de prevalecer sobre outras culturas (White, 2005: 172; Pititto, 1998: 189). Para ele, nada é tão manifestamente contrário aos objetivos do governo político do que o alargamento não natural das fronteiras dos Estados, ou seja, a imposição artificial de um conjunto de valores que sempre viola a unidade orgânica da cultura original. Desse modo, como ele via no Estado um potencial destruidor de diversidades, sua ideia de nação não poderia assumir uma forma ligada a essa entidade política, cujo principal objetivo lhe parecia ser a centralização, coerção e a conquista (Herder, 2007 [1774]: 324; White, 2005: 172).

A guerra, onde ela não é uma forçosa auto-defesa, mas uma insensata agressão sobre uma nação vizinha pacífica, é um ato desumano, a mais brutal iniciativa, posto que não apenas a nação agredida é levada à morte e à devastação inocentemente, mas também a nação que conduz tão injusto sacrifício. Pode haver uma visão mais abominável para um Ser supremo do que dois exércitos humanos opostos a se ferir mutuamente? E o resultado da guerra, mais terrível do que a si mesmo, são a doença, a fome, a peste, o roubo, a violência, a devastação de países, a brutalização das mentes, a destruição de famílias, a deterioração da moral nas longas gerações⁷ (Herder, 1841, [1784-91]: 366-367, tradução nossa).

7 “Der Krieg, wo er nicht erzwungene Selbstverteidigung, sondern ein toller Angriff auf eine ruhige, benachbarte Nation ist, ist ein unmenschliches, ärger als thierisches Beginnen, indem er nicht nur der Nation, die er angreift, unschuldigen Weise Mord und Verwüstung drohet, sondern auch die Nation, die ihn führet, eben so unverdient als schrecklich hinopfert. Kann es einen abscheulichern Anblick für ein höheres Wesen geben, als zwei einander gegenüber stehende Menschenheere, die unbeleidigt einander worden? Und das Gefolge des Krieges, schrecklicher als er selbst, sind Krankheit, Lazarethe, Hunger, Pest, Raub, Gewaltthat, Verödung der Länder, Verwilderung der Gemüther, Zerstörung der Familien, Verderb der Sitten auf lange Geschlechter” (Herder, 1841 [1784-91]: 366-367).

Embora questionável, conforme Isaiah Berlin, em Herder, o sentimento nacional não era um fenômeno político e jamais veio a sê-lo, pois ele reprovava qualquer forma de nacionalismo agressivo, seja qual fosse a sua manifestação. Não havia nada contra o qual ele esbrave mais incisivamente do que o esmagamento de uma comunidade por outra e a subsequente eliminação das culturas locais, pisoteadas sob as botas de algum conquistador (Safransky, 2010: 30; Berlin, 1976: 158-175). Para ele, a natureza criou as nações, e não os Estados; ao mesmo tempo, ela não fez algumas nações intrinsecamente superiores a outras (White, 2005: 170; Wippermann, 1979: 104). Portanto, qualquer que seja a forma como se entenda o pensamento herderiano, quer como nacionalista, quer como romântico, o certo é que a figura política do Estado não se encaixava em suas teorias como eixo principal⁸ (Berlin, 1976: 163).

3. Fichte: liberdade e educação nacional

Por muito tempo, Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) foi devoto dos ideais iluministas e revolucionários. Ele mesmo chegou a afirmar que concebeu a sua *Wissenschaftslehre* (*Doutrina da Ciência*, 1804) em paralelo com a preocupação de reconhecer a legalidade da Revolução Francesa (Ferrer, 2000: 99). Em 1793, Fichte publicou *Beitrag zur Berichtigung der Urtheile des Publikums über die Französische Revolution* (*Contribuição para a Retificação dos Juízos do Público sobre a Revolução Francesa*), em que defendeu não somente o cosmopolitismo como ideal universal e a Revolução Francesa como expressão máxima do elo que une direito e autodeterminação, mas também limitou a finalidade da constituição política à promoção da cultura de liberdade (Villacaña, 1991: 149; Fichte, 1793: 27-29).

Após os *Grundzüge des Gegenwärtigen Zeitalters* (*Traços Fundamentais da Época Contemporânea*, 1805), em que ainda manifestava indiferença em relação a qualquer protagonismo de uma nação ou povo sobre outro, estando a pátria (*Vaterland*) lá onde reside a justiça e a cultura, Fichte, perplexo com os eventos que se desencadeavam na Europa, começou a manifestar suas primeiras afirmações ufanistas em *Der Patriotismus und sein Gegenteil: Patriotische Dialogen* (*O Patriotismo e o seu Inverso: Diálogos Patrióticos*, 1805) (Ferrer, 2000: 113; Zeman,

8 É bastante discutível que a definição de nação herderiana seja de fato despida de conteúdo político, tendo em vista que, embora Herder rejeite o nacionalismo agressivo ou a posição de um Estado centralizador, isso não exclui sua abordagem de posicionamento político. Sua consideração acerca da organicidade do povo como expressão da cultura original e elemento fundante da comunidade nacional exprime em parte o ideal republicano em voga à época.

1999: 268). Com o avanço dos franceses em Berlim, Fichte abandonou a cidade, seguindo o rei e sua corte para Königsberg. Posteriormente, com a humilhação sofrida pela Prússia e sua redução a um estado satélite de Napoleão, o filósofo retorna à capital ocupada, traumatizado e convencido de seu papel histórico na mobilização de um povo carente de renovação moral (Cunha, 2013: 71).

Por conseguinte, seus *Reden an die Deutschen Nation (Discursos à Nação Alemã, 1808)* foram, de fato, sua resposta à invasão estrangeira e à queda do Sacro Império Germânico (Ponte, 2013: 73). Esses discursos foram proferidos num ciclo de conferências no grande anfiteatro da Academia de Ciências de Berlim, no domingo 13 de dezembro de 1807, um ano e meio após o grande desastre. Durante aquele inverno em que foram pronunciados seus “Discursos”, as autoridades francesas não concederam devida atenção às suas palestras, negligentemente, classificadas como “lições públicas feitas em Berlim sobre o aperfeiçoamento da educação, por um célebre professor alemão” (Gómes, 2005: 02; Chevallier, 1995: 235).

Decerto, o tema central dos Discursos é educação. Trata-se, no entanto, de uma educação nacional (*National-Erziehung*), ou seja, voltada exclusivamente à regeneração das especificidades do povo alemão (Fichte, 2009 [1808]: 10-11; Fuchs, 2006: 05). Seu objetivo consistia, fundamentalmente, em restabelecer os alicerces que permitiriam a continuidade no porvir de uma nação que se encontrava ameaçada (Gouvea, 2011: 04). Nesse caso, a salvação da nação alemã ia se consumir mediante a transformação absoluta de todo o sistema de educação até então em vigor, pois, nas palavras de Fichte, “nenhuma nação que tenha afundado em tal estado de decadência pode emancipar-se pelos meios usualmente empregados até agora” (Fichte, 2009 [1808], 15);

De acordo com o eminente filósofo alemão, a racionalidade amplamente veiculada pela educação estrangeira suprimiu a conexão estabelecida pela religião entre a vida presente e a vindoura, ao mesmo tempo em que reforçou a concepção segundo a qual a felicidade do homem consiste apenas na prosperidade material. Nesse sentido, prossegue Fichte, os alemães, durante muito tempo, foram educados a aspirar somente aquilo que lhes fosse aprazível segundo seus próprios critérios de bem-estar, mesmo que em prejuízo de toda a comunidade. Por causa disso, Fichte, como tributário da filosofia kantiana, predicava que a nova educação (*Neue Erziehung*) devia instituir a boa vontade como atributo essencial e constante do povo alemão (Fichte, 2009 [1808]: 16-24; Gordon; White, 2010: 35).

Sua nova educação visava à formação integral, abrangendo não apenas a esfera intelectual, mas também a vida cívica, moral e religiosa de todos os

cidadãos indistintamente (Gordon; White, 2010: 35). Ela devia ter sucesso na formação de indivíduos autônomos, independentes e autossuficientes; eles seriam fundamentalmente determinados e capazes de fazer a coisa certa de forma resoluto e espontânea, sem hesitar e sem qualquer expectativa de recompensa material ou cálculos utilitários, pois, para Fichte, a causa da decadência moral e da catástrofe militar da Alemanha repousava essencialmente no egoísmo resultante do “materialismo” introduzido e desenvolvido ao extremo em solo germânico (Fuchs, 2006: 08). Já que a grande maioria da população alemã estava quase que completamente privada dessa educação superior, a solução imediata proposta por Fichte seria difundir a nova educação a todos alemães, sem exceção, de modo que o conhecimento não se tornasse privilégio exclusivo de uma classe particular, mas sim a expressão da nação enquanto tal (Gordon; White, 2010: 35).

Por meio da nova educação, queremos moldar os alemães em um corpo associativo, que deve ser estimulado e animado em todos os seus membros individuais pelo mesmo interesse [...]. Assim, não nos resta mais nada, a não ser aplicar o novo sistema a todos os alemães sem exceção, de modo que não seja a educação de uma única classe, mas a educação da nação, simplesmente como tal e sem exceção de nenhum dos seus membros individuais. É nesse sentido que se diz que na formação do homem acompanha-se um verdadeiro prazer no que é certo, de modo que toda distinção de classes, que possa no futuro encontrar um lugar em outros ramos de desenvolvimento, será completamente removida e desaparecerá. Desta forma, crescerá entre nós, não a educação popular, mas a verdadeira educação nacional alemã⁹ (Fichte, 1808: 8 41-42, tradução nossa).

Como a função histórica da Alemanha perpassa sua renovação espiritual, Fichte concedeu significativo destaque a *Bildung*. Contudo, como ele mesmo sugere, durante muito tempo, a única educação pública que os alemães receberam consistia unicamente na preparação para alcançar a bem-aventurança no céu. Até as instituições de ensino superior eram voltadas principalmente para

9 “Wir wollen durch die neue Erziehung, die in allen ihren einzelnen Gliedern getrieben und belebt sey durch dieselbe Eine Angelegenheit [...]. Es bleibt sonach uns nichts übrig, als schlechthin an alles ohne Ausnahme, was deutsch ist, die neue Bildung zu bringen, so dass dieselbe nicht Bildung eines besondern Standes, sondern dass die Bildung den Nation schlechthin als solcher, und ohne alle Ausnahme einzelner Glieder derselben, werde in welcher, in der Bildung zum innigern Wohlgefallen am Rechen nämlich, aller Unterschied der Stände, der in andern Zweigen der Entwilung auch fernerhin statt finden mag, völlig aufgehoben sey, und verschwinde; und dass auf diese Weise unter uns, keinesweges Volks-Erziehung, sondern eingenthümliche deutsche National-Erziehung entstehe” (Fichte, 1808: 41-42).

a formação do clero; as outras áreas do conhecimento configuravam apenas apêndices para tal fim. Por conta de tal situação, Fichte apregoava constituir-se dever de todos os Estados Germânicos se incumbirem da educação pública em seus domínios, a fim de desenvolver em todos os alemães o anseio de autosacrifício em prol da nação, pois fosse a educação monopólio da Igreja ou de grupos privados, isso estaria em total desacordo com os interesses nacionais (Fichte, 1808: 346; 2009 [1808]: 146-151).

Ao elaborar seus “Discursos”, estava evidente para Fichte que a “Alemanha” existia apenas como uma vaga noção geográfica, não havendo ainda uma unidade política germânica. “Portanto, não era de maneira alguma clara – mesmo para os habitantes da Europa Central – se realmente havia algo denominado nação alemã” (Cunha, 2013: 72). Aliás, o parco público que frequentou suas conferências em Berlim constituía uma pequena e subrepresentada elite intelectual prussiana. Por esse motivo, visto que a regeneração do povo alemão não seria alcançada somente pela renovação política, mas também espiritual, Fichte se empenhou a construir uma nova representação da identidade alemã com o fito de apresentar para seus ouvintes uma impactante concepção do que os alemães foram, são e ainda poderiam vir a ser se abdicassem de seu estado de passividade.

Com esse propósito, Fichte salienta a existência de um genuíno espírito alemão assim como um permanente “caráter nacional” (*Nazional-Character*), que deve ser preservado da intromissão estrangeira, especialmente, da influência francesa (Snyder, 1995: 03). Em virtude desse místico “caráter fundamental”, somente o alemão estaria apto a receber a cultura em questão, à exclusão de todos os outros povos europeus, pois, segundo Fichte, o “caráter fundamental” do alemão deriva essencialmente de seu habitat, sua raça, sua memória, sua religião e, sobretudo, sua língua (Fichte, 2009 [1808]: 48-49). Dito de outro modo, sua índole peculiar se origina do fato de os alemães terem ficado no habitat natural dos seus antepassados. Esse relativo isolamento constituiu sua memória como legado e sua raça como expressão da cultura, isto é, uma cultura de liberdade que lhes permite acesso ao supra-sensível. Além disso, com a Reforma, sua religião se desenvolveu em um grau mais elevado de liberdade, e sua língua, por não ter sido misturada com a de outros povos, ficou mais próxima da matriz grega, inexcedível fonte cultural do ocidente, o que, em seu entendimento, explica sua indelével identidade e superioridade em relação às outras tribos germânicas, que, em seu processo de sincretismo, assimilaram a já decrépita língua latina e, por isso, sucumbiram ante a latinidade (Fichte, 1808: 118; 2009 [1808]: 73; Chevallier, 1995: 238).

No entanto, apesar de todo seu vigor e eloquência, os ouvintes dos Discursos de Fichte não se sentiram galvanizados. O público, em sua maioria, parece ter respondido com silêncio indiferente à sua exaltada pregação (Chevallier, 1995: 240). Por causa de sua incessante ênfase na prioridade do Volk e da nação sobre o Estado, Fichte atraiu para si a desaprovação da corte, de modo que seus “Discursos” foram proibidos de ser lidos de 1814 a 1824. Outrossim, como suas ideias visavam estabelecer um Estado alemão unificado, seus projetos educacionais foram recebidos com hostilidade pelos príncipes de vários Estados, como a Saxônia, Württemberg e Bavária. Por isso, em vez de se tornarem expressão popular, suas idéias foram assimiladas de maneira seletiva e, quando muito, aplicadas somente em alguns Estados particulares¹⁰ (Fuchs, 2006: 05-09; Villacaña, 1991: 147; Schulze, 1991: 111).

Ao nível da política organizada, verifica-se que os príncipes invocavam os argumentos nacionalistas somente se servissem aos seus interesses particulares. Em razão disso, tanto na Áustria como na Prússia, por exemplo, o patriotismo foi o elemento essencial na supressão das diferenças políticas e sociais durante a era revolucionária. Superado esse período, entretanto, a paz não resultou na unificação da Alemanha, visto que os príncipes, naturalmente, impuseram todos os tipos de obstáculos a qualquer iniciativa que ameaçasse destruir a sua soberania e as hierarquias estabelecidas segundo seus critérios de autoridade e prestígio. Desse modo, pode-se aduzir que a representação da consciência da identidade comum de um suposto “caráter fundamental” do germânico, como em Fichte e nos românticos, não foi suficiente para levar a termo a unificação política.

4. Nacionalismo econômico e geopolítica no pensamento de Friedrich List

List nasceu em 6 de agosto de 1789, em Reutlingen, Stuttgart. Quando jovem, adquiriu excelente formação prática como burocrata no reino de Württemberg, o que chamou a atenção do Freiherr Karl August von Wangenheim, então Ministro da Cultura, que o nomeou, em 1816, primeiro Professor de Administração e Política (*Staatspraxis und Staatswissenschaft*) na Universidade de Tübingen. Em seguida, tornou-se List secretário consultente da *Deutsche Handels – und Gewerbeverein* (Associação Industrial e Comercial da Alemanha) e, logo depois, deputado na Assembleia Representativa de Württemberg. Seus artigos da época

10 O modelo de educação nacional de Fichte influenciou particularmente o ministro Wilhelm Humboldt (1767-1835) que, dois anos após a publicação dos “Discursos”, isto é, em 1809-1810, deu início uma completa reconstrução de todo o sistema de ensino da Prússia, tarefa continuada e aperfeiçoada por Süverne Altenstein entre 1810-1818 (Gordon; White, 2010: 36).

constituem provas irrecorríveis de que ele foi um dos principais idealizadores do *Zollverein* (União Aduaneira dos Estados Alemães), cuja finalidade, em seu entendimento, seria unir uma nação historicamente dividida, pois a confluência dos interesses econômicos particulares serviria de elo à instituição de um sentimento nacional coletivo, que deveria suprimir todos os obstáculos que obliteravam o tráfico interno¹¹ (List, 1846 [1850]: 370-371; 1909 [1819]: 139).

Em seus *Outlines of American Political Economy* (*Esboços de Economia Política Americana*, 1827), obra escrita durante a sua estadia nos Estados Unidos (1825-1832), List afirma que a ortodoxia liberal clássica tem por objeto apenas a economia dos indivíduos, tendo em vista uma república universal, que abrange todos os membros da raça humana. Essa doutrina omite, todavia, um estágio intermediário entre o indivíduo e o mundo inteiro. Este é a nação, à qual os indivíduos estão unidos por laços de patriotismo (List, 1989 [1837]: 28). Segundo List, a raça humana está separada em nacionalidades distintas, sendo cada uma delas mantida coesa por poderes comuns, sendo diferente de outras sociedades da mesma espécie, as quais, no exercício de sua verdadeira liberdade natural, opõem-se entre si. Desse modo, List acusa Adam Smith de ter criado uma doutrina que é obviamente de natureza cosmopolita, ao preconizar liberdade absoluta de comércio, desconsiderando os interesses específicos de nações individuais¹² (List, 1983 [1841]: 97-99).

Por outro lado, List nota que as nações são tão diferentes em sua condição quanto o são os indivíduos. Uns são enormes, outros anões; uns são jovens, outros são velhos. Alguns são supersticiosos, aborrecidos, indolentes, sem instrução e bárbaros; outros são iluminados, ativos e empreendedores. Do mesmo modo, algumas nações são predominantes sobre outras. Umas são independentes, ao passo que outras vivem mais ou menos em um estado de dependência (List, 1909 [1827]: 164-165). Algumas nações são dotadas de abundantes recursos naturais, enquanto outras são totalmente desprovidas desta parte da riqueza

11 Decerto, List percebeu que, diante do fortalecimento da Inglaterra como nação industrialmente desenvolvida e a reafirmação da Áustria e da Rússia como potências imperiais após o Congresso de Viena, somente a supressão das barreiras políticas e econômicas, que até então dividiam os territórios germânicos, poderia levar à superação da fragmentação política e do retardo técnico-industrial dos Estados Alemães (Oliveira, 2017: 186).

12 Quando List desembarcou nos Estados Unidos, estava em processo de consolidação a doutrina de pensamento econômico que viria a ser posteriormente denominada Sistema Americano (*The American System*). Esse se baseava, sobretudo, no *Report on Manufactures: Communicated to the House of Representatives* (1791) de Alexander Halmilton, primeiro Secretário do Tesouro Americano (1789-1795), que defendia o uso de tarifas protecionistas temporariamente como forma não apenas de proteger as indústrias nascentes, mas também de criar um mercado interno e um banco nacional para garantir a estabilidade monetária (Oliveira, 2017: 190).

nacional. Muitas nações se sustentam por meio de um frágil sector agrário; outras dispõem de indústrias e atividades comerciais; enquanto só algumas conseguiram desenvolver um equilíbrio invejável entre todos os setores da atividade econômica. Por conseguinte, List define a Economia Política ou Nacional como a ciência que prescreve normas às quais cada nação individual tem que obedecer, a fim de progredir em suas condições econômicas.

Desse modo, a Economia Nacional ensina como determinado país pode dirigir e regular a economia mundial, seja para suplantar restrições estrangeiras, seja para aumentar sua capacidade de produção; ou, em outros termos, como criar um mundo em si mesmo, a fim de crescer em poder e riqueza, para se tornar uma nação mais poderosa, rica e bem sucedida, sem restringir, todavia, a economia dos indivíduos e da humanidade mais do que o bem-estar dos povos permite. A ideia de Economia Nacional se origina, portanto, do próprio conceito de nação, entendida como uma comunidade de indivíduos que possui governo, leis, instituições, interesses e história comuns, constituindo um só corpo livre e independente que segue apenas aos seus ditames, sendo dotada de prerrogativas para regular os interesses dos indivíduos a fim lhes proporcionar maior segurança coletiva em relação a outras nações. Nesse sentido, o objeto da economia desse corpo não deve ser apenas a riqueza como um fim em si mesmo, mas principalmente o poder, pois a riqueza nacional é aumentada e assegurada pelo poderio da nação, ao passo que o poderio nacional é aumentado e assegurado pela riqueza nacional (List, 1909 [1827]: 162).

Amiúde, List declarava ser seu principal objetivo promover a grandeza da nação alemã (*deutsche Nation*). Em seu entendimento, uma grande população e um extenso território, dotado múltiplos recursos naturais, são exigências da nacionalidade. Por outro lado, uma nação restrita em área e dividida por várias línguas só pode constituir instituições, arte e ciências deficientes. Em seu *Sistema Nacional de Economia Política*, está implícita uma representação tão ampla do que seria Alemanha que abrange praticamente todo o antigo Sacro Império Germânico. De fato, levando-se em consideração apenas a extensão oriental da Prússia, os domínios alemães (*Deutschland*) se estendiam até Königsberg, hoje Kaliningrado, possessão russa, confinante à Lituânia. Do mesmo modo, a despeito das diferenças étnicas, os territórios sob regência austríaca abarcavam a área correspondente às atuais República Tcheca, Eslovênia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Croácia e grande parte do norte da Itália.

Certamente, List não intuiu isso de uma só vez, mas, ao contrário, foi elaborando aos poucos, como resultado de suas especulações sobre a extensão do *Zollverein*, alicerces da unidade econômica da futura nação alemã (Oliveira,

2017: 199). Em 1819, List foi incumbido de elaborar uma petição na qual deveria tornar legítimas as reivindicações da Associação Comercial e Industrial Alemã no que concerne à supressão das tarifas aduaneiras e portagens. Esse requerimento foi apresentado durante a Feira de Páscoa em Frankfurt am Main, evento que reunia grande número de comerciantes e fabricantes de praticamente todos os Estados Alemães. Nesta ocasião, List discursou em prol da abolição das barreiras alfandegárias em todos os domínios germânicos, incluindo nesses a Áustria (Österreich) e a Suíça (Schweiz), além dos Estados Alemães propriamente ditos. Ao se referir aos inúmeros portos de alfândegas espalhados pela Alemanha, List ressalta que, para ir de Hamburg à Áustria, ou de Berlim à Suíça, contavam-se dez aduanas e dez portagens, que, além de dificultar o comércio, oneravam sobremodo o preço final das mercadorias (List, 1850 [1819]: 17; 1909 [1819]: 139-140).

É importante frisar que List formulou seu conceito de nação alemã tendo em vista um télos político-econômico. Sua concepção de Alemanha, por exemplo, reflete suas preocupações a propósito das necessidades econômicas e militares de uma nação que se encontrava, em grande medida, desprovida de recursos naturais para adentrar à nova fase do capitalismo industrial, a qual demandava oferta abundante de matérias-primas e grandes mercados consumidores. Na primeira metade do Século XIX, tornou-se evidente a escassez de novos territórios a serem descobertos. Por causa disso, pensar estratégias cautelosas para a conquista de novas terras era questão mais essencial do que levar adiante a mera exploração de suas riquezas. No *Sistema Nacional de Economia Política*, obra em que List discute extensamente os efeitos positivos da integração econômica para a nação alemã, o *Zollverein* configura o panorama que articula seu pensamento geopolítico, o qual deve ser entendido não apenas como doutrina da influência do espaço geográfico sobre a política de um Estado, mas também como a ciência que analisa a influência das condições geográficas sobre as estratégias políticas e econômicas do governo nos âmbitos nacional e internacional.

Para List, a Alemanha só alcançaria real e duradoura prosperidade quando se tornasse uma potência na terra e no mar; somente assim ela poderia defender sua independência e proteger seu comércio exterior (List, 1983 [1841]: 124). Com efeito, o progresso econômico alemão exigia que seus domínios abarcassem os mares do Báltico, Negro e Adriático, incluindo uma área muito maior do que aquela particularmente ocupada pelos povos genuinamente alemães (Sicker, 2010: 45). Baseando-se na relativa identidade cultural dos povos nórdicos, List defendia insistentemente a anexação dos Países Baixos e da Dinamarca para atender à necessidade de acesso e controle sobre a desembocadura do rio Reno

e do Mar do Norte, ainda que insinuando ser isso, na verdade, uma oportunidade para que essas nações encontrem um meio de superarem suas limitações (List, 1850 [1844]: 238).

Foi pelo seu Zollverein que a nação alemã conseguiu pela primeira vez um dos mais importantes atributos de sua nacionalidade. Mas essa providência não pode ser considerada completa enquanto não abranger o território inteiro, desde o Reno até as fronteiras da Polônia, incluindo a Holanda e a Dinamarca. Uma consequência natural dessa união deve ser a admissão desses dois países na Confederação Germânica e conseqüentemente na nacionalidade alemã; com sua união, a Alemanha conseguirá o que atualmente lhe faz falta, ou seja: locais de pesca, poderio naval, comércio marítimo e colônias. Além disso, deve-se enfatizar que os dois países já faziam parte da Alemanha, no que diz respeito à sua origem e às características gerais. A dívida que oprime essas duas nações é apenas uma consequência de seus extraordinários esforços no sentido de se manterem como nações independentes, sendo de se esperar que esse mal chegue um dia a tornar-se um peso insuportável para essas duas nações, quando então a incorporação a uma nação maior lhes parecerá desejável e necessária (List, 1983 [1841]: 124-125).

List expressa grande interesse, igualmente, pela Bélgica e Suíça (List, 1850 [1844]: 238; Salin, 1960: 13). Realmente, ele acreditava que esses territórios foram separados da Alemanha em um período de desintegração nacional. Mas, no que concerne à sua posição geográfica e às suas circunstâncias comerciais e industriais, bem como no tocante à origem e à língua de seus habitantes, tratam-se de províncias alemãs (List, 1983 [1841]: 272). List acreditava que, se os Estados Alemães conseguissem açambarcar pacificamente essas regiões, formando um todo, e se esse poderoso organismo nacional fosse capaz de fundir suas instituições representativas com seus interesses até onde é possível compatibilizá-los, a Alemanha realizaria aquilo que o sistema napoleônico não foi capaz de implementar por valer-se da violência. Ela poderá assegurar a paz para o continente europeu por muito tempo, e simultaneamente transformar-se no ponto central de uma aliança continental duradoura.

4. Questionamentos sobre a ideia de nação

A construção da identidade nacional, bem como as manifestações coletivas de entusiasmo nacionalista, constituem temas de notória relevância político-social. Entretanto, a singularidade da forma como os indivíduos são afetados por eventos que podem ensejar ímpeto ufanista é de tal modo dessemelhante que

tem dificultado a formulação de juízo objetivo acerca de suas causas. Alguns estudiosos, como Benedict Anderson, acreditam que “nacionalidade, qualidade de nação e nacionalismo são artefatos culturais de uma classe particular”. Conforme o historiador inglês, por volta do final do Século XVIII, a criação desses artefatos ocorreu de modo quase espontâneo, graças ao complexo cruzamento de forças históricas que, uma vez colocadas em ação, foram capazes não apenas de serem canalizados com graus variáveis de autoconsciência a uma grande diversidade de terrenos sociais, mas também de se mesclarem a uma quantidade correspondentemente ampla de constelações políticas e ideológicas (Anderson, 2008: 04).

Além disso, o autor de *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (*Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*, 1983) concebeu o termo nação como uma “*comunidade política imaginada e inerentemente limitada e soberana*”. Em seu entendimento, toda nação tem limites finitos, já que *nenhuma nação se imagina coincidente com toda a humanidade*. Do mesmo modo, para Anderson, a nação nasce soberana, pois se origina em uma época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade da ordem divina e do reino dinástico hierárquico (Anderson, 2008: 06-07).

Como exposto acima, na literatura alemã, o termo nação adquiriu importância significativa em meados do Século XVIII por meio da obra de Johann Gottfried von Herder e suas críticas ao cosmopolitismo e universalismo difundidos pelo Iluminismo. Para Herder, assim como em Fichte, o conceito de nação foi elaborado, principalmente, de um ponto de vista cultural. Nesse sentido, ambos identificaram na língua um elemento tanto de integração, quanto de unidade, já que ela constitui o mais importante elemento de ligação e veículo das tradições e memórias comuns de um povo. Desse modo, a nação conformaria o meio através do qual a humanidade realiza sua singularidade e diversidade, manifestando em toda sua plenitude a verdadeira riqueza e variedade da natureza humana (Berdahl, 1972: 66). De fato, quando o conceito de nação foi elaborado, tendo como parâmetro a língua, a *Volkgeist* e o viés histórico, ele foi concebido de modo bastante diverso ao modelo interpretativo de Anderson. No final do Século XVIII, quando o historiador inglês situa o surgimento do conceito de nação como comunidade imaginada, limitada e soberana, o Sacro Império Germânico, por exemplo, abarcava em seu vasto território diversas minorias étnicas como francesas, italianas, polonesas, eslavas etc. Em outras palavras, além das atuais regiões da Alemanha, Áustria, Suíça e Liechtenstein, também pertenciam ao antigo *Reich* uma parte do leste da França, o norte da atual Itália, a Eslovênia, a República Checa, o oeste da Polônia, o Sul da Dinamarca etc. (Moita,

2012: 22; Edelmayer, 1994: 172). Tal configuração social e política dificulta a assimilação da proposta interpretativa de Anderson, haja vista a ausência em sua obra de estudo empírico aprofundado para os casos arrolados.

Por outro lado, Norbert Elias e Michael Schröter, em *Studien über die Deutschen: Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19 und 20 Jahrhundert (Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução dos hábitos nos séculos XIX e XX, 1992)*, discutem o fenômeno do nacionalismo sob um prisma sociocultural. Por conseguinte, eles sugerem que o ideal nacionalista, isto é, “uma imagem ideal do país e da nação podem ser observados nas concepções alimentadas pelas classes médias da maioria dos países europeus entre os séculos XVIII e XX”. Nesse sentido, o nacionalismo se encontra intimamente relacionado à ascensão da chamada *Bildungsbürgertum* (burguesia letrada), a qual cresceu em paralelo à classe média econômica (*Wirtschaftsbürgertum*), que começava a se beneficiar das crescentes liberdades decorrentes da emergente ordem social capitalista. Com efeito, a fim de se contraporem ao código aristocrático de honra e prestígio, os intelectuais da classe média, como porta-vozes dos estratos sociais em ascensão, desenvolveram uma moralidade considerada válida para todas as pessoas, isto é, baseada em uma sociedade sem distinções de classe, e orientada apenas pela virtude e pela razão¹³ (Cunha, 2013: 67-70; Elias; Schröter, 1997: 128-131). Conforme explicado por Elias e Schröter:

Assim como os grupos aristocráticos tinham baseado na ancestralidade da família seu orgulho e suas pretensões a um valor especial, também, como seus sucessores, os mais importantes setores das classes médias industriais basearam cada vez mais seu orgulho e suas pretensões num valor especial, ora na ancestralidade de sua nação, ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis (Elias; Schröter, 1997: 129).

13 Esse tipo de abordagem sobre as origens do nacionalismo é desenvolvido extensamente por Antony Smith. Em seu livro *Nationalism and Modernism (Nacionalismo e Modernismo, 1998)*, Smith afirma que a maioria dos nacionalismos tem como protagonistas os intelectuais, os quais, além de prover as definições básicas e as caracterizações da nação, são também os mais ávidos consumidores de mitos nacionais. Segundo Smith, todos os movimentos políticos e sociais modernos clamam por lideranças eloquentes a fim de produzirem impacto num mundo em que a educação secular, as comunicações e a burocracia racional se tornaram as marcas da modernidade. Além das necessidades imediatas de propaganda e comunicação, os intelectuais representam o único estrato com interesse permanente na própria ideia da nação e capaz de trazer as outras classes para a plataforma da solidariedade comunitária, em defesa da causa da autonomia. Igualmente, eles são hábeis em apresentar o ideal nacionalista de auto-determinação como expressão da cidadania, de modo que, pelo menos em princípio, todas as classes possam compreender os benefícios da participação na vida política. Por fim, somente eles podem fornecer os laços sociais e culturais com os outros estratos necessários para que o ideal da nação possa ser traduzido em um programa prático, segundo uma base popular (Smith, 1998: 56-57).

No que concerne à formação dessa auto-imagem, constata-se relativa subordinação dos valores morais ou humanistas às virtudes estritamente nacionais. Aos poucos, esse movimento favoreceu o desenvolvimento de um *ethos* nacionalista que, todavia, acabou por transmutar os tradicionais laços de dependência e obrigação não apenas em relação a determinadas pessoas ou a uma única pessoa numa posição de mando, mas também em relação a uma coletividade soberana que o próprio indivíduo forma com milhões de outros indivíduos, de acordo com as crenças das pessoas envolvidas. Progressivamente, essa coletividade atrai para si fortes emoções positivas, do tipo usualmente chamado “amor” (Elias; Schroter, 1997: 131-143). Dessa forma, conforme a perspectiva sociológica proposta por Elias e Schröter, o fenômeno do nacionalismo guarda relação direta com a emancipação cultural das classes médias e a secularização de suas experiências políticas e associativas. Por isso, o conceito de nação, até então bastante vago e ligado à identidade nobiliárquica medieval, passou a adquirir proeminência no debate político da época, pois assim se poderia legitimar o princípio da igualdade para todos, seja sob epíteto de súdito, seja sob a denominação específica de cidadão (Cunha, 2013: 66-67).

Igualmente, Elias e Schröter reconhecem que, embora o termo nação forme derivativos que culminam na nacionalização do próprio *ethos* e dos sentimentos de coletividade, ele se distingue das outras grandes crenças sociais do período, como o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo, pois, operando na dimensão psicológica da unidade, o nacionalismo, diferentemente dos outros movimentos políticos, traz consigo permanente potencial unificador. Além disso, a palavra nação se refere, outrossim, a um aspecto de transformação global pela qual passaram, durante um lapso definido de tempo, as sociedades-Estados em que se configurava uma relação de equilíbrio de poder (*Machtbalance-Figuration*), próprio de sociedades interdependentes. Do mesmo modo, eles sugerem ser o nacionalismo um fenômeno social característico das grandes sociedades-Estados industriais que se inseriam no estágio de progresso inerente às formações sociais do Século XIX e XX (Elias; Schroter, 1997: 143-144).

Certamente, essa explicação para o surgimento e difusão do nacionalismo é bastante satisfatória. Ela melhor se aplica, contudo, aos países europeus em que alguns grupos sociais se beneficiaram da emergente ordem capitalista, sobretudo a partir da segunda metade do Século XIX. Por outro lado, importa lembrar que o termo classe média abrange grande variedade de indivíduos provenientes das mais variadas categorias sociais. Por isso, tem-se a impressão de que grande parte da produção intelectual provém exclusivamente desse segmento. No caso alemão, porém, a construção do conceito de nação e seus diversos neologismos precederam, sobretudo, o advento das sociedades industriais. Na

verdade, como exposto acima, o debate sobre o significado profundo do termo nação remete à segunda metade do Século XVIII; além disso, embora as guerras napoleônicas tenham sido um dos fatores mais influentes para a intensificação e disseminação do nacionalismo, isso não determina a data de seu nascimento. Ao contrário, como todos os movimentos históricos, o nacionalismo tem suas raízes profundas no passado mais remoto. As condições que tornaram possíveis a sua emergência amadureceram durante séculos antes que convergissem em sua manifestação (Kohn, 2005: 03).

Diferentemente das tradições anglo-americana e francesa, em que a nacionalidade se desenvolveu intrinsecamente relacionada a princípios políticos como a cidadania e o senso de lealdade ao Estado, ou seja, os critérios básicos para ser um membro da nação, na Europa Central, a ideia de nação não surgiu como fenômeno político (Johnson, 1996: 134). Nesse sentido, enquanto na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos o nacionalismo encontrou sua expressão predominante, mas nunca exclusivamente, nas mudanças políticas e econômicas, na Alemanha, Itália e entre os povos eslavos, o nacionalismo viveu principalmente no campo cultural. No início, entre esses povos, não foi o Estado, mas sim a *Volksgeist* e suas manifestações na literatura e no folclore, na língua materna e na história que se tornaram o centro de emanção do nacionalismo (Kohn, 2005: 04).

De fato, pode-se arguir que, nos territórios germânicos, o conceito de nação sofreu alterações semânticas que, em grande medida, exprimem as mudanças radicais decorrentes dos grandes eventos que marcaram o período denominado *Sattelzeit* por Koselleck.¹⁴ Contudo, também é verdade que esses eventos impeliram o nacionalismo a diferentes direções. De acordo com Koselleck, é possível entender a profunda crise de pensamento por intermédio da qual conceitos políticos e sociais mudaram de sentido e adquiriram novas conotações e significados, servindo tanto para a interpretação do passado quanto para nortear expectativas futuras.¹⁵ Essas ressignificações são passíveis de verificação, pois refletem as alterações ocorridas na estrutura da

14 Koselleck concebe como *Sattelzeit* o lapso que se estende de 1750 a 1850. Trata-se, pois, de uma ferramenta de cunho estritamente teórico que pretende situar no espaço e no tempo o processo de percepção, conceituação e incorporação de vocábulos que exprimiram as mudanças que ocorreram como decorrência de eventos como o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (Koselleck, 1996: 69).

15 Koselleck afirma que, desde o final do Século XVIII, um número cada vez maior de conceitos adquiriram terminação de movimento -ismos-, evocando um futuro totalmente novo e diferente. Portanto, uma característica fundamental dessas representações discursivas é que elas não fazem qualquer alusão a uma experiência precedente, ou seja, não tem como fundamento de determinação o passado. Dentre tais conceitos, Koselleck cita os termos: progresso, emancipação, desenvolvimento, liberalismo, nacionalismo etc. (Koselleck, 1996: 61).

linguagem para apreender as transformações históricas resultantes de grandes rupturas (Koselleck, 2012: 36; 1996: 61-62).

Do mesmo modo, um conceito pode se tornar antiquado quando as circunstâncias ou o contexto nos quais foram elaborados deixam de existir, ou no caso em que a realidade muda tão bruscamente que o conceito não mais consegue apreender e exprimir discursivamente a complexidade do mundo. Por conseguinte, em longo prazo, raramente as palavras traduzem plenamente a verdadeira dimensão de determinados fatos. Ao contrário, ambos se modificam uniforme e paralelamente (Koselleck, 2012: 63; 1996: 62). O conceito de nação recebeu diversas acepções como resposta às transformações que se desencadearam na Europa Central. Em meados do Século XVIII, a primeira fase romântica ou protonacionalista foi, principalmente, cultural, literária e folclórica, despi-da de implicações políticas específicas ou imediatas. Essa fase conforma um período geralmente referido como “despertar nacional”, pois se ocupa de criar as tradições nacionais. Ela forneceu, todavia, os fundamentos para uma segunda e terceira fases, as quais correspondem à primeira metade do Século XIX, caracterizada pelo uso político e econômico da ideia de nação (Johnson, 1996: 136).

Considerações finais

Apesar de reconhecer a especificidade do nacionalismo alemão, bem como a contribuição dos poetas românticos e dos filósofos idealistas para sua construção, a ênfase exclusiva no viés cultural e étnico levanta uma série de problemas. O primeiro deles repousa na impossibilidade de propor respostas plausíveis às questões concernentes à relação intrínseca entre as ideias e as mudanças políticas. Em outras palavras, como explicar o que de fato aconteceu para transformar o nacionalismo cultural em movimento político? Ao contrário do que esperavam os poucos nacionalistas radicais que começaram a exigir a unificação política após 1815, as guerras de libertação produziram um patriotismo cuja lealdade foi direcionada aos Estados Alemães individuais. A Prússia, por exemplo, durante muito tempo, denunciou a unificação como um atentado à sua autonomia política. Com efeito, por mais importante que tenham sido as guerras de libertação, elas não explicam completamente por que a ideia cultural de nação foi gradualmente transformada em demanda por unidade política, nem por que, após a ocupação francesa ser removida, a Alemanha não foi imediatamente unificada (Berdahl, 1972: 68-69).

Uma segunda limitação da descrição cultural ou étnica das origens do nacionalismo alemão é que ela tem pouca relação com o que realmente os

nacionalistas aspiravam. O princípio étnico, por exemplo, apresentava como reivindicação o fato de que a língua falada determinava a posse do território. Consequentemente, o princípio linguístico-cultural custou à Alemanha parte da Polônia, bem como levou os tchecos a buscarem a autonomia da Boêmia; os italianos demandarem parte do Tirol, colocando em dúvida, ainda, o futuro de Schleswig-Holstein. Por isso, o critério cultural se tornou menos importante e atrativo do que o poder do Estado na definição de nação em 1848 e nas duas décadas que se seguiram. O Estado nacional criado por Bismarck, por exemplo, excluiu muitos alemães, pois a unidade nacional para ele não era um fim em si, mas um meio para alcançar determinado objetivo, a saber, a expansão do poder da Prússia. Por isso, essa ênfase sobre o critério étnico-cultural da unicidade da tradição nacional alemã tem sido mais útil na descrição das ideias de alguns indivíduos nacionalistas do que para demonstrar por que esse nacionalismo se desenvolveu e como foi moldado o Estado nacional que dele emergiu (Berdahl, 1972: 69-70; Breuilly, 1982: 07).

De tudo isso, depreende-se que a ideia de nação foi, na prática, um conceito funcional, uma vez que serviu a propósitos diversos, fossem eles culturais, políticos ou econômicos. Como ressalta Koselleck, com maiores ou menores desvios dos significados precedentes, os conceitos podem continuar a ser usados e re-utilizados. Embora tais variações possam ser marginais ou profundas, a reciclagem linguística assegura pelo menos um grau mínimo de continuidade. Desse modo, mesmo assumindo diferentes significados, ao contrário de se anular, eles se complementavam mutuamente (Koselleck, 1996: 63). Com efeito, não obstante Herder definisse nação como uma comunidade cultural e linguística, e Fichte a designasse como uma substância que une um povo numa mesma vida física e espiritual, a concepção de nação como unidade econômica, proposta por List, não nega a validade das outras que lhe precederam, mas, em vez disso, apenas deixa explícito o aspecto dinâmico da linguagem em seu processo histórico.

Referências:

- ANDERSON, Benedict R. O'G. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- BERDAHL, Robert M. New Thoughts on German Nationalism. *The American Historical Review*, v. 77, n. 1, 1972, pp. 65-80.
- BERLIN, Isaiah. *Vico and Herder: Two studies in the History of Ideas*. London, Chatto & Windus, 1976.

- BOIANOVSKY, Mauro. Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries. *History of Political Economy*, v. 45, n. 4, 2011, pp. 01-52.
- BREUILLY, John. *Nationalism and State*. Manchester, Manchester University Press, 1982.
- CAVALLAR, Georg. *Kant's Embedded Cosmopolitanism: History, Philosophy and Education for World*. Göttingen, Hubert & Co, 2015.
- CHEVALLIER, Jean Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro, Agir, 1995.
- CUNHA, Marcelo Durão R. *O caminho à unidade: Heinrich von Sybel e os dois momentos do conceito de nação na Alemanha oitocentista*. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- EDELMAYER, Friedrich. Nuevas investigaciones sobre la historia del Sacro Império Romano Germânico (1519-1648). *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 15, 1994, pp. 171-189.
- ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1997.
- FERRER, Diego. O Nacionalismo de Fichte e a Transformação da Doutrina da Ciência. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 17, 2000, pp. 97-119.
- FICHTE, Johannes G. *Beitrag zur Berechtigung der Urteile des Publikums über die Französische Revolution*. Danzig, Verlag Ferdinand Troschel, 1793.
- FICHTE, Johannes G. *Reden an die deutsche Nation*. Berlin, Realschulbuchhandlung, 1808.
- FICHTE, Johannes G. (1808). *Adresses to German Nation*. New York, Cambridge University Press, 2009.
- FUCHS, Erich. Fichte capostipite del nazionalismo tedesco? Contributo alla comprensione dei Discursi alla Nazione Tedesca. *Archivio di storia della cultura*. Anno XIX, 2006, pp. 03-15.
- GÓMES, Juan L. J. La Idea de Nación: Fichte y Hegel. *Saberes*, v. 3, 2005, pp. 01-14.
- GORDON, Peter; WHITE, John. *Philosophers as Educational Reformers: the influence of Idealism on British educational thought and practice*. New York, Routledge, 2010.
- GOUVEIA, Regiane Cristina. Projetos para a Nação: reflexões a partir de Fichte, Renan e Rodó. *Revista Ágora*, n. 12, 2011, pp. 01-15.
- HABERMAS, Jürgen. *Auch eine Geschichte der Philosophie*. Berlin, Zweiter Band. Suhrkamp Verlag, 2019.
- HAGEMANN, Karen. Desperation to the Utmost: The Defeat Occupation in Prussian Experience and Perception. In: FORREST, Alan & WILSON, Peter H. (Org.). *The bee and the Eagle: Napoleonic France and the End of the Holy Roman Empire, 1806*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2009, pp. 191-213.
- HAUG-MORITZ, Gabriele. The Holy Roman Empire, the Schmalkald League, and the Idea of Confessional Nation-Building. *Proceedings of American Philosophical Society*, v. 152, n. 2, 2008, pp. 427-439.

- HERDER, Johann G. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*. (Erster Band). Leipzig: Johann Friedrich Hartknoch Verlag, 1841.
- HERDER, Johann G. (1774), *Filosofía de la Historia para la Educación de la Humanidad*. Buenos Aires, Editorial Nova, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *Nations and nationalism since 1780. Problemme, myth, reality*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- HROCH, Miroslaw. From National Moviment to the Fully-formed Nation: The Nation-building Process in Europe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (ed.). *Mapping the Nation*. London, Verso, 2012, pp. 78-97.
- JANSEN, Christian. The formation of German nationalism 1740-1850. In: SMITH, Helmut W. (ed.). *The Oxford Handbook of Modern German History*. Oxford, Oxford University Press, 2011, pp. 234-259.
- JOHNSON, Lonnie. *Central Europe: Enemies, Neighbors, Friends*. Oxford, Oxford University Press, 1996.
- KLEINGELD, Pauline. Six Varieties of Cosmopolitanism in Late Eighteenth-Century Germany. *Journal of the History of Ideas*, v. 60, n. 3, 1999, pp. 505-524.
- KOHN, Hans. *The Idea of Nationalism*. New York, Times Book Review, 1994.
- KOHN, Hans. *The Idea of Nationalism: a study in its origins and background*. New Jersey, Transaction Publishers, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Begriffsgeschichten: Studien zur Semantik und Pragmatik der politischen und sozialen Sprache*. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid, Trotta, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. A Response to Comments on the Geschichtliche Grundbegriffe. In: LEHMANN, Hartmut; RICHTER, Melvin. (Org). *The Meaning of historical terms and concepts: New studies on Begriffsgeschichte*. German Historical Institute, Occasional Paper, n. 15, 1996, pp. 59-70.
- LIST, Friedrich. Die politische oekonomische Nationalheit der Deutschen (1846). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) *Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)*. Band II, Stuttgart und Tuebingen: F. G. Cottascher Verlag, p. 367-434, 1850.
- LIST, Friedrich. Zur deutschen Eisebahnfragen (1844). In: HAUSSER, Ludwig (ed.) *Friedrich List' gesammelte Schriften (Zweiter Theil)*. Band II. Stuttgart und Tübingen: F. G. Cottascher Verlag, pp. 235-254, 1850.
- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política* (1841). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)
- MOITA, Luís. Uma releitura crítica do consenso em torno do sistema vestefaliano. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, v. 3, n. 2, 2012, pp. 17-43.

- OLIVEIRA, Flávio S. Bases do Nacionalismo Econômico em Friedrich List. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 35, n. especial, 2017, pp. 185-207.
- PITITTO, Rocco. Herder o la ragione umana come linguaggio. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università della Basilicata*, v. 1, n. 8, 1998, pp. 183-220.
- POCOCK, John Greville Agard; MICELI, Sergio. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, EDUSP, 2003.
- PONTE, Yeimy D. Relación entre el sistema de Fichte y la Realidad Social em la obra: Discursos a la Nación Alemana. *Revista Diálogos & Confrontos*, v. 2, n. 1, 2013, pp. 69-77.
- PROCHASSON, Christophe. Michel Espagne et Michael Werner (éd.). Transferts. Les relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIIIe-XIXe siècles). In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 46^e année, n. 4, pp. 911-912, 1991.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo, Estação Liberdade, 2010.
- SALIN, Edgar. *Friedrich List. Kerneuropa und die Freihandelszone: Zwei Reden zur europäischen Politik*. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1960.
- SCHULZE, Hagen. *The course of German nationalism: from Fredereck the Great to Bismarck, 1763-1867*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- SICKER, Martin. *Geography and Politics Among Nations: An Introduction to Geopolitics*. Bloomington: Universe, Inc, 2010.
- SMITH, Antony. *Nationalism and Modernism*. London, Routledge, 1998.
- SNYDER, Louis L. *Roots of German Nationalism*. Bloomington, Indiana University Press, 1995.
- STOCKHORST, Stefanie. Introduction. Cultural transfer through translation: a current speperctive in Enlightenment studies. In: STOCKHORST, Stephanie (ed.). *Cultural transfer through translation: the circulation of enlightened thought in Europe by means of translation*. New York, Rodopi, pp. 07-28, 2010.
- VILLACAÑAS, Jose L. Fichte y los Origenes del Nacionalismo Alemão Moderno. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)*, n. 72, 1991, pp. 129-172.
- WHATMORE, Richard. *What is Intellectual History?* Cambridge: Polity Press, 2015.
- WHITE, Richard. Herder: On the Ethics of Nationalism. *Humanitas*, v. 18, n. 2, 2005, pp. 166-181.
- WIPPERMANN, Wolfgang. Der Ordensstaat als Ideologie: Das Bild des Deutschen Ordens in der deutschen Geschichtsschreibung und Publizistik. Berlin, Colloquium Verlag, 1979. In: ZANK, Wolfgang. *Nation, Customs Union, Political Union: Collective Identity, Economy, and Politics in Germany 1771-1871 in a Non-Structualist Perspective*. Aalborg, European Research Unit, 1994.

ZEMAN, Vladmir. Fichte's Philosophy and its influence on the Ideas of the Fall of 1914. *Symposium*, v. 3, n. 2, 1999, pp. 259-274.

ZUBIRÍA, Martín. Los Discursos a la Nación Alemana de Fichte, ¿Um “paso atrás” en el proyecto político de la Ilustración? *Philosophia*, v. 74, n. 1, 2014, pp. 77-94.

Recebido em: 17/06/2019

Aprovado em: 23/08/2021

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 221-247.